



# A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?<sup>1</sup>

João Fábio Bertonha\*

**N**o seu brilhante livro *A History of Warfare* (London, Hutchinson, 1993), o historiador britânico John Keegan demonstra como a guerra, apesar de presente na sociedade humana desde sempre, não é nem de longe uma atividade imutável ou única. No decorrer dos séculos, as várias culturas humanas viram o combate de forma diferente e, nos momentos em que maneiras diferentes de pensar a guerra foram postas em choque, normalmente uma se revelou superior e derrotou a outra. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando os gregos derrotaram os persas ou os espanhóis, os astecas.

A guerra, com as suas funções, limites e rituais, tem sido pensada, portanto, de forma diferente no decorrer da História e as implicações disto no relacionamento entre as sociedades parece claro. Além disso, essas “filosofias de guerra” diferentes implicam muito mais do que o simples com-

bate, refletindo o próprio coração da sociedade em que estão inseridas.

Mesmo se nos restringirmos às táticas e técnicas dentro do campo de batalha, contudo, a guerra dificilmente poderia ser considerada algo estático, parado no tempo. Às vezes como resultado de inovações tecnológicas (como o cavalo, o arco composto e a pólvora) ou simplesmente de uma nova maneira de pensar, as inovações no campo tático são contínuas e mudam radicalmente o panorama dos campos de batalha. Da falange grega às divisões panzer nazistas, passando pelas legiões romanas e pelas fortalezas do Renascimento, a guerra é, no campo de batalha, uma infinita disputa entre tecnologias e doutrinas militares, e, normalmente, quem demora a se adaptar à evolução das mesmas corre o risco de ser derrotado. A França de 1940 (lutando a Segunda Guerra Mundial com as armas e técnicas da Primeira) é um exemplo clássico disto.

\* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (Cemi) da mesma universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

<sup>1</sup> Transcrito de <http://www.relnet.com.br/pgn/Anchor-49575>, Correio Internacional, Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério de Relações Exteriores.

Nesse artigo, gostaria de examinar as recentes intervenções norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, com vistas a verificar a hipótese de que estamos em um novo momento de mudança do paradigma militar, efetivado pelos americanos. Mudança de paradigma não na maneira de ver a guerra pelos Estados Unidos (que, em síntese, continua no mesmo modelo ocidental originário da tradição greco-romana, procurando eliminar o inimigo numa batalha decisiva e sem limitações), mas na sua operacionalização no campo de batalha.

Efetivamente, o pensamento tático norte-americano tem mudado continuamente desde a ascensão dos Estados Unidos ao posto de superpotência no pós-Segunda Guerra Mundial. Nessa guerra e nas anteriores, eles seguiram basicamente os padrões operacionais em uso por outros países ocidentais (adaptando, por exemplo, a doutrina das divisões blindadas alemãs ao seu Exército) e isso não se modificou substancialmente, a meu ver, nas décadas seguintes. Os norte-americanos continuaram, no auge da Guerra Fria, a considerar que venceriam seus inimigos utilizando massas de aviões, tanques e soldados, como haviam feito antes.

Dois acontecimentos levaram os pensadores do Pentágono a repensarem seu pensamento. O primeiro foi a Guerra do Vietnã, que mostrou aos generais que um poder militar esmagador não funciona contra um inimigo que foge de um confronto decisivo e que nada pode ser pior do que uma intervenção contra um inimigo desse tipo e que se arrasta, com baixas e sem perspectivas de solução, por anos. A partir daí, ficou claro para os militares norte-americanos que quaisquer intervenções no Terceiro Mundo só deveriam ser feitas com uma

estratégia política clara, superioridade total para garantir uma vitória decisiva e retirada rápida. Também o sistema de recrutamento militar e várias mudanças tecnológicas surgiram desse conflito.

O segundo acontecimento foi a crescente clareza, nos anos de 1970, que um conflito com a União Soviética nos velhos termos seria inevitavelmente uma derrota, dada a imensa superioridade numérica dos soviéticos. Lutar nos termos deles seria suicídio. A partir daí, surgiu a idéia de uma doutrina militar, a *AirLand Battle*, enfatizando coordenação de poder aéreo e terrestre, mobilidade e troca de informações em tempo real para superar o número superior soviético.

Conforme registrado em artigo anterior, publicado nesse mesmo espaço (*Aspectos militares da campanha americana no Iraque*”, in *Correio Internacional*, Brasília, março/2003), foi com essa doutrina e uma nova geração de armamentos que os norte-americanos destruíram as forças armadas iraquianas durante a Primeira Guerra do Golfo. Ainda assim, a mudança de paradigma não foi completa, pois as fases aérea e terrestre da campanha foram separadas e uma concentração esmagadora de tropas e armas pesadas foi realizada para cumprir o plano.

Nos anos posteriores, com o colapso final da União Soviética, a pressão por mudanças ainda maiores cresceu. Começou-se a discutir, no Pentágono, a idéia de substituir massas de tanques e soldados por forças extremamente leves, equipadas com armas de tecnologia ainda mais sofisticada e maciço apoio aéreo, potencializado por sistemas de informação e aquisição de alvos aperfeiçoados e bombas inteligentes. Uma *mean lean machine*, máquina enxuta e má, capaz de dar conta não apenas dos inimigos

convencionais, como também de outros, como terroristas, desejosos de fazer uma “guerra assimétrica” contra os Estados Unidos.

No governo Bush, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld é um ferrenho defensor dessa mudança e o Afeganistão foi seu primeiro teste. O país não foi invadido por centenas de milhares de homens com armamento pesado (o que seria repetir o erro dos soviéticos na década de 1980), mas por forças especiais levemente armadas que usavam sistemas especiais para chamar apoio aéreo devastador quando necessário. O regime talibã efetivamente desabou no processo e Rumsfeld e sua linha de pensamento pareceram estar com a razão, mas a maior parte dos militares norte-americanos hesitava em aderir a esta idéia e abandonar completamente os sistemas táticos anteriores.

A Segunda Guerra do Golfo revelou a força dessa tensão. Rumsfeld insistiu em invadir o Iraque com forças muito menores e mais leves do que os militares queriam. Para ele, a nova campanha devia ser uma Guerra do Afeganistão em escala maior e não uma Primeira Guerra do Golfo um pouco menor. Uma solução de meio termo foi adotada e a guerra foi vencida. A questão agora é verificar se, da avaliação dos resultados desse híbrido, voltaremos ao paradigma anterior aperfeiçoado pelas novas tecnologias ou se um novo paradigma triunfará, com o nome Rumsfeld no título.

Não sei, evidentemente, o que circula nos corredores do Pentágono, mas a minha avaliação do ocorrido é que a doutrina Rumsfeld está cheia de falhas. Sem dúvida, as alterações tecnológicas do armamento norte-americano nos últimos anos são espantosas e mudarão a maneira de fazer a guerra. Mas não creio que chegaremos ao mundo imaginado pelo

secretário de Defesa dos Estados Unidos e baseio isto na minha análise das campanhas do Iraque e do Afeganistão.

Nesse último país, por exemplo, como os Estados Unidos teriam conseguido acabar com o regime talibã sem o concurso de aliados locais, como a Aliança do Norte? Eles poderiam ter enviado forças especiais e bombardeado o país por anos, mas o talibã poderia ter resistido se não houvesse inimigos locais para fazer o serviço pesado. Sem estes aliados, e se os norte-americanos quisessem realmente derrubar o regime, tropas pesadas e numerosas teriam sido necessárias, com todos os desdobramentos negativos daí decorrentes. Ou seja, sem apoio local, os norte-americanos não triunfariam apenas com tropas leves e altamente tecnológicas.

No Iraque, por sua vez, o colapso do regime de Saddam Hussein com certeza foi espantoso, ainda mais depois de um período de resistência inicial que surpreendeu. A tão temida guerra urbana também não ocorreu na intensidade esperada. Mas esses acontecimentos não foram decorrência, a meu ver, da aplicação da Doutrina Rumsfeld, mas da política. Como já tinha indicado no meu outro artigo citado, o regime estava praticamente podre por dentro, mantido pelo terror, e era difícil acreditar que ele pudesse se manter. Bastou uma pressão militar maciça, indicando que o regime tinha os dias contados, e, provavelmente, uma boa quantidade de subornos e acordos por baixo do pano, e a resistência desmoronou.

Curiosamente, contudo, a pressão militar que realmente funcionou como gatilho do processo não foi a dos bombardeios cirúrgicos da doutrina Choque e Pavor de Harlan Ullman e James Wade (completamente irrealista para quem conhece a história

dos bombardeios aliados na Alemanha na Segunda Guerra ou alemães na Inglaterra em 1940, que produziram mais ódio e desejo de revanche do que medo e paralisia), mas a das colunas de M1s e Bradleys entrando em Bagdá. Do mesmo modo, o único momento de alento dos adeptos de Saddam foi quando as longas e levemente armadas linhas de suprimento norte-americanas foram ameaçadas. Sem forças realmente pesadas para eliminar essas ameaças, talvez esse alento pudesse ter sido transformado em esperança e maior disposição de luta.

A meu ver, portanto, a Doutrina Rumsfeld com certeza é muito útil para lutar contra inimigos não convencionais, como terroristas, e, em certas condições, pode muito bem servir para eliminar Estados inimigos armados convencionalmente, se as condições políticas locais forem favoráveis. Mas, para conquistar Estados fortes e estáveis, as tropas pesadas ainda são necessárias e as velhas doutrinas militares continuam válidas. Resta esperar que nem velhas e nem novas doutrinas militares sejam utilizadas nos anos a seguir, o que, com a nova direita republicana no poder no coração do Império, talvez seja uma esperança vã.

## O ESTRATEGISTA RUMSFELD<sup>1</sup>

*Jarbas Passarinbo\**

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, não é um amador em matéria militar. Em artigo na revista *Commentaire*, em 2002, o embaixador fran-

cês François de Rose revela o estrategista que expunha aos norte-americanos, na publicação *Foreign Affairs*, no mesmo ano, os fundamentos de sua teoria, a começar por uma surpreendente ocorrência no Afeganistão. Os soldados norte-americanos, superiormente equipados com todos os recursos das técnicas mais avançadas do século XXI, precisaram montar a cavalo, durante oito dias, carregando seu pesado equipamento, acompanhando os cavaleiros afegãos, para localizar os talibãs e então enviar à aviação a localização precisa deles para o lançamento dos mísseis. Uma combinação de ações do século XIX com o século XXI. A conclusão de Rumsfeld é que isso prova que “uma revolução da arte militar não consiste só em produzir armas de tecnologia de ponta, embora indicadas, mas conceber novas maneiras de pensar a guerra, de nela se bater adaptando-se a problemas novos em um mundo caracterizado pela possibilidade da surpresa e do inusitado”.

Estudioso de Frederico, o Grande, pergunta-se: “Quais são as nossas vulnerabilidades, que um inimigo pode usar contra nós?” Acha que era mais fácil prever e prevenir, através da dissuasão, uma ameaça catastrófica, como a nuclear dos tempos da Guerra Fria, do que no quadro do terrorismo, quando o 11 de Setembro de 2001 provou não serem invulneráveis os Estados Unidos e que as antigas regras de dissuasão são inoperantes. Daí ser imperativo reduzir o arsenal ofensivo nuclear e aumentar a produção de certas armas convencionais, mantendo o feixe defensivo antimísseis, tudo servido de eficiente serviço de

\* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, ex-Ministro de Estado e Senador, historiador e escritor.

<sup>1</sup> Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 8 de julho de 2003.

informações. Nisso repousa a nova concepção estratégica. Em vez de esperar que as ameaças se concretizem, antecipar-se a elas. Não só dissuadir o inimigo potencial de pensar em ação ofensiva contra os Estados Unidos, mas impedi-lo desde logo de fazê-lo. Aqui está o embrião da concepção da guerra preventiva que revoluciona o “direito de ingerência”. Estreada no Iraque, causou celeuma na Europa, ainda presa à ameaça concreta. Em verdade, porém, reação também forrada nos interesses econômicos, especialmente da França e da Rússia, por motivos não tão ocultos (o petróleo) mascarados pela exigência de provas da existência das armas de destruição em massa, suscetíveis de serem usadas até por terroristas espalhados pelo mundo ou diretamente por mísseis contra Israel.

Rumsfeld insiste: “O desafio do século XXI está em nos defender contra o desconhecido, a incerteza, o invisível e o inesperado.” Dirigindo o Pentágono, aplicou na prática sua concepção bélica: “A tecnologia mais avançada não servirá às Forças Armadas norte-americanas se elas não mudarem sua maneira de pensar, de se adestrar, de manobrar e combater.” Ademais, os Estados Unidos deveriam estar prontos para se baterem em várias frentes ao mesmo tempo, de sorte que uma só das suas vulnerabilidades, se não levada em consideração, poderia ser desastrosa para a defesa do todo.

Quanto a possíveis aliados, ele é muito claro: “A guerra pode aproveitar coalizão com todos os que sejam aptos a dela participar, mas as operações não devem ser conduzidas por estados-maiores conjuntos. A missão deve determinar o tipo de coalizão e não o contrário.” Nisso se pode iden-

tificar o papel de esforço secundário destinado às tropas britânicas, no Iraque. As operações foram dirigidas diretamente do Catar, seguindo as ordens do Pentágono, desconsiderando a doutrina Colin Powell. O atual Secretário de Estado, que servira no Vietnã, criara o princípio de que os Estados Unidos não deveriam entrar em guerra sem antes mobilizar, e colocar no teatro de operações, efetivos maciços para atacar. Aos grandes efetivos, para ataque maciço, preferiu Rumsfeld o deslocamento rápido de unidades leves, precedidas da atuação de forças especiais no terreno inimigo, antes mesmo da invasão formal, para ligação com as operações aéreas. Assim fez no Iraque, a ponto de alongar perigosamente a distância desguarnecida entre a frente de combate e a retaguarda, dificultando o apoio logístico, pelo que foi duramente criticado.

Em face da campanha pacifista, também de norte-americanos receosos de perdas humanas na guerra, Rumsfeld foi taxativo: “O inimigo deve saber que os Estados Unidos estão prontos para fazer todo sacrifício para vencer, o que implica a renúncia ao conceito de guerra sem morte.” Mortes houve na fulminante ofensiva militar, mas continuam a haver, no que parece não se ter pensado. Militares norte-americanos e britânicos já morreram desde a ocupação e continuam morrendo diariamente, sem que os conquistadores tenham concluído, até agora, se fruto de ações de guerrilha organizada ou de sunitas do partido Baath, como franco-atiradores.

Certo de que os Estados Unidos são o alvo de qualquer conflito mundial, inova: “O nosso problema não é mais defender aliados para manter o equilíbrio mundial, mas defender-nos a nós mesmos.” Mais do

que uma nova estratégia, contrária à vigente na Guerra Fria, a das fronteiras ideológicas e não geográficas. É a política de segurança fruto da conscientização da perda do sentimento de invulnerabilidade do território norte-americano. Protegido durante séculos por dois oceanos, o território norte-americano foi atingido em 11 de Setembro de 2001, com a destruição das torres em Nova

York, o dano ao próprio Pentágono, em Washington, e, provavelmente, à Casa Branca, se o terceiro avião seqüestrado não tivesse caído após a luta com os seqüestrados.

A nova política de segurança de Rumsfeld, ele a expôs publicamente na revista francesa criada por Raymond Aron. É um epígono de Frederico, o Grande, no século XXI. Não é demais saber disso. ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### **Contestado, a Guerra Cabocla**

*Aureliano Pinto de Moura*

Trata-se de um trabalho sobre a *Campanha do Contestado*, com ênfase em suas componentes social, política e militar. Bastante abrangente, desenvolve-se por meio do exame do homem e de seu ambiente, da terra em litígio, dos fenômenos sociais muito peculiares e, finalmente, da convergência e explosão de todos esses fatores em uma sangrenta luta que não pôde ser evitada. É obra para todos os tipos de leitor. Composta como foi, presta-se a qualquer propósito, desde a leitura corrida e diletante até a estudos especializados.